



Anais da Assembléia

N.º 98

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 146ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1977

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quilse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 181/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 36/77, ex-Proposição no. 275/77, aprova termo de convênio e respectivo termo Aditivo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência das entidades ali nominadas, objetivando regular aplicação de recursos aos programas de Treinamento de Executivos, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. —

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — A primeira, Sr. Presidente, para saber da Mesa, a destinação que se deu a um projeto de lei que estabelecia disposições com relação a despachantes da Secretaria de Segurança Pública, vetado pelo Sr. Governador e que ontem se encontrava ainda na Ordem do Dia, e que vejo hoje daqui sendo extirpado.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Questão de Ordem formulada pelo eminente Deputado Enéas Faria, o veto apostado ao Projeto de Lei no. 216, foi retirado da Ordem do Dia, porque ontem vencia o prazo para a votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, teria condições de nos informar, não sei se ainda tenho em mãos o processo, a data em que oficialmente a Casa recebeu a manifestação gover-

namental.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência informa que colocará em votação o Projeto de Lei no. 181/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, enquanto aguarda a resposta da Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Enéas Faria, referente ao veto apostado ao Projeto de Resolução no. 116/77.

Em votação o Projeto de Lei no. 181/77
O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, agradecendo a informação de V. Exa. no aguardo de sua complementação, dirigiria a seguinte pergunta à Mesa: a pauta da Ordem do Dia de hoje traz como projeto único, esse de Resolução no. 181/77. Todavia, e quase nada elucidativa a súmula que temos em mãos.

Assim sabemos, pela súmula, que o Governo do Estado celebra convênio com alguém para exercer tal atividade, sem dizer que tipo de atividade.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência determina ao Sr. 2o. Secretário que proceda a leitura do projeto em questão.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — (Lê Projeto).

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, de minha parte, estou satisfeito e agradeço à Presidência.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Em votação o Projeto de Resolução no. 181/77. — Aprovado.

A Presidência, respondendo a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Enéas Faria, informa que o veto apostado ao Projeto de Resolução no. 116/77, deu entrada nesta Assembléia em 30 de maio de 1977.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 181/77,

marcando ainda uma sessão extraordinária para sexta-feira, dia 19, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 159/77, Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 147ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quilse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (46), achando-se ausentes os Srs. Deputados Jurandir Messias, David Federmann,

Edilson Alencar, Egon Pudell, Fuad Nacli, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem Número 96/77

Curitiba, 11 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 30 de março de 1977, entre o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com intervenção da Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, objetivando alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

O interesse pública na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

OFÍCIO:

Sob o número 615/77, do Senhor Doutor Antônio Godinho Machado, Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório de serviços prestados por aquela Secretaria, durante o mês de julho de 1977.— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, de acordo com o Regimento Interno, após ouvido o Plenário, vem requerer regime de urgência para o Projeto de Lei número 82/77, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública a Beneficência Japonesa de Londrina.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1977.

(a) Del Ciel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvida a Casa, seja consignada na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Álvaro Sampaio Dias.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência a Exa.. Família enlutada, através seu genro, Dr. Guidimar Guimarães, residente na Avenida Santos Dumont, 975 — Londrina.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1977.

(a) Rosário Pitelli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimen-

tal, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Doutor Jayme Canet Júnior e Secretário dos Transportes, Doutor Osiris Stenghel Guimarães, no sentido de, com a maior urgência, ser atendida a comunidade de Porto Amazonas e região com a pavimentação asfáltica da estrada Lapa-Porto Amazonas, ligando com a BR 277, indispensável no desenvolvimento da região que já desponta com sua economia agropecuária.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1977.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, após ouvida a Casa, requer seja enviado à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., sugestão a fim de que seja ampliada a sua faixa de limite para os chamados cheques especiais.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, seja enviado cópia da justificativa anexa à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1977.

(a) Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA ;

É sempre agradável abordar algo sobre órgãos do interesse público paranaense, como é o caso do Banco do Estado do Paraná S.A.

Estabelecimento de crédito com larga folha de serviço aos vários setores de atividade, quer comercial, industrial, agropecuária, investimentos e empreendimentos imobiliários,— sua atuação na maioria dos municípios do nosso Estado é bem o comprovante da presença das finanças para as mais variadas funções julgadas rentáveis pelo laborioso e esclarecido povo de nossa terra.

O Banco do Estado do Paraná S.A., é indiretamente, a presença do Governo do Paraná, quando não do próprio Governo Federal, nos repasses que faz em convênio.

A campanha do plantio de café tem nesse conceituado estabelecimento de crédito um dos seus maiores incentivadores, bem como a Carteira de Poupança, de tão indiscutíveis méritos sociais, registrou que uma das mais dinâmicas praças comercial do Paraná. — que é o município de LONDRINA — deu preferência ao referido banco nos volumosos depósitos efetuados no mês de julho, início do 3o. trimestre, — o que demonstra, sem dúvida, o crédito e a operosidade dos funcionários do BANESTADO.

Atualmente o Banco do Estado do Paraná ocupa o 4o. lugar entre os maiores bancos oficiais do Brasil.

Gostaríamos, entretanto, de, com a mensagem de congratulações à operosa direção do tradicional Banco do Estado do Paraná S.A., e a todos os seus integrantes, inclusive os dos mais distantes municípios brasileiros onde estejam operando e engrandecendo o nome de nossa terra e de nossa gente, fazer uma sugestão no sentido de que os chamados cheques especiais ou super cheques, ou a designação que tenham mas que é um índice do crédito do seu portador e da capacidade de recursos do mesmo banco, seja igualado aos de outros estabelecimentos bancários, como o Banco do Brasil S.A. e outros que operem nessa linha creditícia no máximo.

Transação rendosa para o banco, é o talão de cheque de alta cifra igualmente o comprovante de um status sócio-econômico do seu portador, cuja a divulgação além dos benefícios para o usuário é uma propaganda exata, fiel, do desenvolvimento e do progresso que precisa permanecer em condições idênticas ao Estado do Paraná, por sinal o seu maior acionista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário para enviar ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba, a seguinte sugestão:

"Sejam projetadas e construídas em harmonia estética, com o paisagismo e arquitetura da Rua das Flores, modernas cabines que abriguem e protejam os engraxates."

Outrossim, que em convênio com a Associação Profissional dos Lustradores de calçados de Curitiba, seja instituído um concurso público para a seleção do projeto a ser implantado, com facilidades de financiamento.

Da decisão, comunique-se, também a Associação Profissional dos Lustradores de Calçado de Curitiba, entidade diretamente interessada no assunto.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA ;

A profissão de lustrar calçado é uma atividade honesta, além de necessário a qualquer comunidade.

Mister é que se criem condições objetivas para enganjar o nosso engraxate no rol dos trabalhadores.

A opinião pública tem que sentir e constatar que o engraxate não é um marginal, pelo contrário, ganha o sustento para sua família.

A propósito, é conveniente ressaltar o sentido de organização destes profissionais aqui em Curitiba, onde a Associação Profissional dos Lustradores de Calçado, há muitos anos vem congregando aqueles profissionais e coordenando as suas atividades, como por exemplo, no último dia oito do corrente, quando todos os engraxates cessaram suas atividades, prestando homenagem póstuma ao falecimento do jovem Juarez da Silva, vítima de doença incurável e colega de profissão.

Tal ato de solidariedade e sentimento cristão, apenas realça o engajamento social e civilizado daquela categoria profissional.

Todavia, até o momento, em Curitiba, os nossos engraxates não tiveram um tratamento condigno pela municipalidade.

São obrigados a exercerem sua atividade enfrentando as piores intempéries do nosso clima.

Constantemente registram-se atos de vandalismo contra suas frágeis cadeiras e apesar de ser a figura do engraxate, até folclórica nas nossas ruas e indissolivelmente inserida no contexto urbano, como por exemplo, a participação daqueles profissionais na Legêndária Boca Maldita, a verdade é que no plano de reorganização e paisagismo da Rua das Flores, os engraxates foram esquecidos.

É verdade que hoje aquela artéria é modelar e constitui-se em atração turística.

Porém, se fosse proporcionado ao engraxate, condições materiais satisfatórias com a implantação de modernas cabines, individuais ou coletivas, que sem atrapalhar o tráfego a exemplo das bancas de jornais, oferecessem não apenas aos engraxates, mas também aos usuários daqueles serviços, proteção contra as intempéries estar-se-ia criando não apenas melhores condições de trabalho, mas objetivamente destacando uma atividade profissional.

A sugestão do concurso, para escolha do Projeto de Cabine, visa despertar na opinião pública, a necessidade de conscientizar-se que a profissão é exercida por um trabalhador e não por marginais.

Enfim, seria também através do concurso para seleção do projeto, que Curitiba, tomaria a primazia de tratamento à importante atividade profissional, quer financiando tais cabines, quer disciplinando tal atividade.

Todavia, a participação ativa deste empreendimento ou melhor dizendo, neste empreendimento, da Associação Profissional dos Lustradores de Calçados de Curitiba, bem como da Boca Maldita, é recomendável, para não ferir os hábitos do curitibano, — mormente da dinâmica viária da Rua das Flores.

Finalmente, uma legislação de amparo àquela atividade, acreditamos deva surgir, pois ninguém desconhece o "direito adquirido ao longo de anos de serviço" e "posse de pontos" por parte de inúmeros profissionais do lustrô.—

O SR. PRESIDENTE (Ivo Tnomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito grato pelos cumprimentos aos meus amigos, inicialmente.

Não é do nosso feitio defendermos comerciantes inescrupulosos e sonegadores de impostos.

Achamos que o Estado tem o direito, todo o direito e o Estado vive disso, de mediante uma fiscalização atuante, uma fiscalização bem dirigida, sem o que o Estado não pode ter educação, saúde e condições de sobrevivência.

Mas, estamos visivelmente indignados, pelo que ocorreu na semana retrasada, na vizinha cidade de Campo Largo.

Lá esteve uma equipe volante, dessas que o DRI envia, para o interior do Estado; exercendo uma fiscalização junto aos comerciantes.

Mas eles foram muito além do normal, muito além das normas, que devem reger os fiscais ou a conduta dos fiscais que o DRI encaminha ao interior.

Eles chegaram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até ao absurdo de atuar, de multar, um motorista de caminhão que transportava vazilhame, na estrada de Bateias, dirigindo-se naturalmente a "Ouro Fino" onde ia buscar garrafas cheias de água mineral.

O motorista abordado pela equipe, já nas cercanias de Bateias, foi compelido a apresentar notas fiscais, que ele não possuía, mas estava provando que dirigia-se a Bateias para trocar o vazilhame vazio por cheio.

E é evidente que no regresso ele traria consigo nota fiscal, das garrafas cheias que ele ia buscar em Ouro Fino.

Não houve consideração nem a mínima atenção de orientar, o que o motorista deve fazer.

Multaram-no. E, na cidade de Campo Largo, os abusos foram muito além.

Houve um pânico entre os comerciantes; muitos deles cerraram suas portas preocupados porque ante aquela sanha de 25 fiscais que em uma espécie de mutirão em grupo, dirigiram-se ao comércio.

Eles não tinham outra preocupação, a não ser multar.

E, achamos que os comerciantes inescrupulosos, sonegadores, devem ser multados, aqueles que, vez por outra foram já notificados e não, muito embora a notificação, a orientação, eles não se corrigem.

Mas existem os comerciantes menos avisados, aqueles que, por ignorância, não cumprem uma política do DRI que, é complexa.

Em razão disto tudo, nós endereçamos um requerimento à Mesa que, se aprovado será encaminhado ao Sr. Secretário das Finanças do Estado, no sentido de que o Sr. Secretário determine ao DRI, uma humanização, mais conscientização por parte dos Srs. fiscais, no Interior do Estado.

Em Campo Largo, o ex-Presidente da Associação Comercial daquela cidade muito bem redigiu um artigo publicado no jornal de domingo, O LIBERAL, ele faz um relato fiel daquelas ocorrências, é o Sr. Durval Weber que, muito embora

não tivesse delegado poderes a este Deputado para falar em nome dele ou defendê-lo, o que ele escreveu e foi publicado no jornal O LIBERAL consideramos um artigo que retrata a verdade do que ali ocorreu.

O nosso requerimento, se ainda houver tempo, o leremos, para que os Srs. Deputados entendam o que estamos pretendendo. (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, rrepeitosamente, requer o encaminhamento de veemente apelo ao Exmo. Sr. Dr. Jayme Prosdócimo, DD. Secretário de Finanças do Estado, no sentido de determinar melhor orientação à fiscalização volante do DRI, visando humanização, moderação, bons princípios de educação e respeito às pessoas dos comerciantes, a fim de que um serviço normal da administração não se transforme em Blitz de exilicínio e prepotência, com finalidade exclusiva de atemorizar e multar indiscriminadamente.

O apelo encontra ampla justificativa diante dos fatos recentemente ocorridos em Campo Largo, quando equipes volantes do DRI, exarcebando, ao invés de orientar, instruir e dispensar a merecida consideração devida ao comércio e seus titulares, que nem sempre podem conhecer as normas da fiscalização, preferiu agir de modo a causar verdadeiro pânico e revolta.

Fiscalizar é um dever e obrigação do Estado.

O que não se pode conceber a falta de orientação e conhecimento natural à maioria dos comerciantes. — é que os bons sejam estupidamente confundidos com os sonegadores propositais, contumazes, razão por que a compreensão aconselha primeiro orientar, instruir, para depois punir.

Os lamentáveis fatos constatados em Campo Largo mereceram um pronunciamento público de recriminação do Senhor Durval Weber, ex-Presidente da Associação Comercial de Campo Largo, divulgado pelos jornais e endereçado ao DD. Titular da Pasta de Finanças.

Solidário com as manifestações de repulsas à atuação dos fiscais do DRI, o signatário, conhecendo e admirando a personalidade do Exmo. Sr. Secretário de Finanças, tem a plena convicção de que seu apelo merecerá acolhida, para que um melhor comportamento das equipes volantes de fiscalização seja constatado no futuro, não mais se repetindo as lamentáveis atitudes adotadas em Campo Largo e que tanta revolta estão a causar.

Salas das Sessões, em 17 de agosto de 1.977."

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos o requerimento que faria à Casa, não fosse conselho de alguns outros Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cerca de 1 mês e meio atrás, esta Casa discutiu e votou requerimento de autoria do eminente Deputado Estadual Fidelcino Tolentino, que, na oportunidade, propôs intercedesse a Mesa junto à ITAIPU-Binacional, para uma visita àquela obra, de uma delegação de Deputados paranaenses.

Na oportunidade da discussão do requerimento, o Sr. Presidente, afirmou que havia certas complicações de natureza burocrática no envio de tal requerimento.

E até pareceu a alguns Deputados que nós estávamos nos convidando a visitar a obra, lembro que votamos favoravelmente ao requerimento naquela oportunidade, exatamente pelas palavras do Sr. Presidente que deixava, no nosso ponto de vista, muito mal os paranaenses que pareciam estarem proibidos de entrar numa parte do território paranaense.

Creio que agora, Sr. Presidente, chegou a oportunidade de nós, — e eu já me excluo de tal delegação, — de nós conseguirmos tal visita.

O Paraná estreitou os laços de amizade com a "Democrática" República do Paraguai.

Esta Assembléia esteve lá representada pelo Sr. Presidente,

e parece-nos que a política pendular da República vizinha a tornou como a mais importante deste hemisfério, pois enquanto nós, ainda não conseguimos ir a Itaipu.

Os jornais de hoje anunciam — depois de uma visita a Assunção — a visita do Sub-Secretário para Assuntos da América Latina, o americano Terence Todman que, mais feliz que os Deputados paranaenses, após visita à Assunção, teve permissão para visitar a Binacional.

Daí chagarmos à conclusão da importância do Presidente Alfredo Stroessner de sua grande influência.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que amanhã ou depois não paire dúvidas quanto à autoridade desta Casa, que aprovou requerimento neste sentido, solicito desta tribuna que se dê tramitação e que se exija uma definição da Binacional ITAIPU sobre a possibilidade de entrarmos em território paranaense e visitarmos uma obra feita com dinheiro paranaense e brasileiro. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente cumpro o dever de manifestar os meus respeitos e admiração pela sadia honrada e desvinculado de qualquer tipo de subversão governamental, que alguns jornais, qua alguns órgãos de imprensa deste Estado, que se furtaram, por muitas e muitas vezes, de divulgarem pronunciamentos nossos.

Evidentemente, pronunciamentos voltados ao interesse público do Paraná; hoje, deram, como manchete de primeira página, a notícia que só pode denegrir, não só este Parlamento mas, também, a própria imprensa que a publicou.

De nossa parte, levamos no afã de nossa espiritualidade a decepção triste do programa delineado por uma imprensa que se espera ser sadia; que, ao invés de publicar o que este Parlamento faz, nos dias seguidos, com o sacrifício de cada Parlamentar que cumpre o seu dever no propósito de defender e de honrar e, acima de tudo, dignificar o seu Estado e sua gente, esta imprensa, muitas vezes, muitas e muitas vezes, deixou de dar publicidade.

Mas, no espetáculo dantesco que aqui ocorreu ontem, que vem denegrir o Paraná e que denigre este próprio Parlamento e que tem denegrido a própria imprensa do meu Estado, manchetes foram levadas a público e, de primeira página, diga-se de passagem.

Não serei eu, nem muitos como eu que, talvez, tenham nascido cem anos adiantados, para participar da integração deste mundo terráqueo, que haverá de ter condições para delinear as coisas pelos caminhos, pelas retas veredas que elas deverão andar.

Entretanto, saio daqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, satisfeito por uma honra que me é conferida, que as minhas palavras haverão de constar nos Anais deste Parlamento, pelos séculos adentro.

E, a imprensa do futuro, haverá de ver que alguém daqui se levantou como um "Davidinho" atrevido, muitas e muitas vezes, para contestar a posição dos gigantes Golias da época.

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na vida, ocorrem três etapas diferentes, porém com desfechos magistralíssimos.

Primeiro, a FASE DO INSTINTO, depois a FASE DO INTELECTO e, finalmente, a FASE DO ESPÍRITO.

Na primeira fase, o ser mantém-se preso às suas deficiências de infância, aos seus defeitos de educação e sofre, naturalmente, as conseqüências das tensões emocionais, temores injustificados, irritação e impaciência.

Tendência para a cólera fácil, conflitos mentais, complexos desatinantes e inúmeras atitudes intoleráveis.

Na segunda fase, a do intelecto, preocupações de outra

ordem, começa a inquietá-la, e quando a sua inteligência se nega a continuar admitindo as coisas sem examinar, o ser é submetido a sofrimentos violentos, e, muitas vezes, sem discernimento para atribuir a si próprio esse desespero; porque, a esta altura, já não lhe basta o êxito, a posse da coisa que pretendia, a fama ou a popularidade, não basta o poder, que conquistou.

Precisa mais, almeja muito mais, passa a pretender algo que nem sabe definir exatamente, e se desespera ao compreender que não avançou muito na conquista de seus objetivos, que não alcançou a meta de suas pretensões.

E quando então, penetra na terceira fase, a fase Espiritual, na qual, sente o verdadeiro despertar da consciência, a percepção exata da realidade das coisas, a consciência plena de si mesmo.

E daí sobrevém a alma, como se fosse realmente o alcance objetivo do alvo premeditado, nesta fase, ocorreria a satisfação plena de si mesmo, de seus ideais, de suas proposições objetivas.

Entretanto, todos os fatos como este, ou análogo a este, que não vence as três etapas no seu caminhar, submete o autor, ao escárnio, ao desprezo e à marginalização de qualquer possibilidade de admiração ou liderança.

A Revolução de 1964, na sua fase de Instinto, desempenhou o papel necessário à resolução de problemas que envolviam a segurança nacional, e conseqüentemente poderia levar o País ao caos e desequilíbrio total.

O grito revolucionário foi aceito pelos milhares de brasileiros, e seu primeiro indicado para dirigir os destinos da Nação, Humberto de Alencar Castelo Branco, ao limiar do instinto revolucionário, demonstrava acima de tudo, que a posição tomada pelo glorioso exército nacional, não era outra, senão o de cumprir o dever, de colocar a Nação no roteiro firme e de segurança para o seu povo.

Fazia questão de frisar sempre e sempre, que não cabia ao Exército Brasileiro a função política administrativa do País, e sim, a sua segurança.

E tão logo fossem restabelecidas as condições de caminhada na estrada da ordem e do progresso, o País seria entregue aos que democraticamente deveriam dirigi-lo — o Poder Civil.

O Mal. Castelo Branco não conseguiu cumprir a sua obra.

O destino o arrebatou de maneira inesperada e definitivamente do campo de luta.

Seus sucessores, pretenderam não acatar os seus pensamentos e sentimentos de retorno do País ao perfeito estado de direito.

Pretenderam os seus sucessores a continuarem na caminhada de determinantes, às vezes, pela força, muitas vezes, pelas ameaças.

E, sempre se servindo das leis excepcionais.

Nesta fase que já alcança treze anos a Revolução manteve-se presa às suas deficiências de início, aos erros de ter pretendido na direção administrativa do País, aos seus defeitos de desenvolvimento que não permitiram as resoluções dos problemas nacionais.

Têm sofrido os sucessores de CASTELO BRANCO, as constantes conseqüências das tensões emocionais constantes, temores injustificados, irritação e impaciência, tomadas sempre de cólera fácil.

Entre alguns acertos, muitos erros têm cometido e, conseqüentemente, neste período houveram inúmeros conflitos e atitudes que desagradaram a Nação, as classes laboriosas acima de tudo.

Na segunda fase, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a do intelecto, oportunidade em que, a revolução de março de 1964, deveria estar com o seu trabalho concluído de forma inteligente, estruturada, e por assim dizer, com o dever cumprido perante a Nação e perante o mundo, sua inteligência

falhou, e ela se negou a declarar ao País e ao mundo o cumprimento belíssimo de seu papel, pretendeu permanecer no Poder, sua capacidade se tornou magistralíssima "no seu entender", e a sua inteligência não se preparou para admitir as coisas sem examinar, e com isto o glorioso Exército Nacional, chegou a ponto de ser submetido a sofrimentos horríveis de uma crítica até certo ponto imerecida, e muitas vezes sem discernimento para atribuir a si próprio esse desespero, porque, para os que estão no Poder, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já não lhes basta o poder que alcançaram e muito menos a fama que o tributam.

Não basta o poder conquistado almejam-se muito mais, e, passam a pretender algo que não sabem definir exatamente, e assim, se desesperam, porque estão vendo este País desesperado, estão sentindo o perigo violento do empobrecimento nacional, estão começando a sentir o choro e o ranger dos dentes da multidão brasileira.

Ainda recentemente, e com muita justiça, o Senador Itamar Franco, denunciou que o debate sobre a sucessão, paralisou o País, e caracterizou o fato, como acontecimento extremamente perigoso, encareceu o Vice-Líder do MDB, a dinamização das afinidades civis no sentido de forçar uma participação maior do processo das principais decisões, principalmente, no que se refere à renovação do Presidente da República, afirmou o Senador que o processo de sucessão está totalmente deflagrado, e, acrescentou: será que é preciso parar tudo, à espera de um novo governo?

Claro que não ...

É preciso que todas as classes sociais da Nação, participe da luta para o acordar da democracia que dorme há 13 anos com prejuízos imensos aos interesses do desenvolvimento nacional.

Embora algumas lideranças arenistas se alimentem de crer em abertura ainda com o Presidente Geisel, não há como acreditar que isso venha acontecer.

Isto porque é por demais característico o desânimo que se verifica na área do partido governista.

O reclamo justo pelo restabelecimento do Estado de Direito, foi taticamente afastado para o segundo plano, e ficou na pauta das notícias os debates em torno das candidaturas.

A Carta aos brasileiros, a nosso ver, foi uma das maiores e mais cruéis das verdades dita a público e ao poder.

Nem por isso mesmo, o Poder manifestou qualquer estremecimento apesar de o referido documento, representar maior libelo de condenação ao exercício de exceção e do uso do arbítrio pelo poder, este fato, parece ter passado despercebido pelo Sr. Presidente da República, que insensível ao acontecimento preferiu não se ater com profundidade sobre o acontecido.

Acusando sempre a Oposição como fonte geradora do arbítrio, o governo tem procurado por todas as formas tentar alcançar a credulidade nacional, que o tardio retorno do País ao Estado de Direito, se deve à atuação caracterizada da Oposição, na contestação do regime; e às contestações que advém de todas as áreas nestes últimos tempos.

Os estudantes, os empresários, os agricultores, os operários enfim, a contestação de todas as classes, inclusive a clerical, essas não provaram?

Essas não são atuantes nesta Nação?

Se o Poder Político, verdadeira representação do Povo, não teve até agora condições para acordar o poder dominante, do perigo que corre a Nação; que seja a manifestação das classes; que seja a "CARTA", dos Juristas; o despertador para o retorno do País ao Estado de Direito, tão esperado pela Nação; ainda mais, quando esse documento surgiu, apareceu e teve ampla divulgação, na oportunidade em que é negado o direito e caracterizado o desprezo das conquistas do saber, sempre transmitidos às gerações.

O retorno dos militares aos Quartéis, a votação de uma nova Constituinte, a criação de mais partidos e a institucionalização da Revolução; foi bem delineado pelo oficial da reserva, Cel. Francisco Cavalcanti, recentemente; acrescentou que: — A Revolução de 1964 foi uma necessidade; a fim de garantir e fortalecer o País, um sistema político de caráter democrático, e conclui: — todos os militares patrióticos e sem ambição, deve lutar pelas medidas de caráter político e criar condições para o afastamento honroso das forças armadas do campo de ação política decisória.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, análogo à vida do homem, o fato histórico da Revolução de 1964, não podia ter estagnado por muito tempo na fase da intelectualidade. Devia a Revolução ter chegado à fase da Espiritualidade, no verdadeiro despertar da consciência do dever cumprido. Já deviam os revolucionários, de 1964, ter tido a percepção exata, da realidade das coisas; a consciência plena do dever cumprido; e assim, talvez, este País estivesse vivendo agora, uma calma semelhante àquela que sucede nos países tropicais, depois de uma tempestade. "Somos pela Constituinte, pelo retorno ao Estado de Direito; que cada poder volte ao lugar determinado pelo organograma intocável da democracia".

Tributamos como sempre as nossas admirações profundas ao glorioso Exército Nacional, e queremos vê-lo, no seu devido lugar, para a geometria perfeita do Estado de Direito, que lute o nosso povo, a nossa gente, os 120 milhões de brasileiros que habitam este grande país, esta terra de Santa Cruz.

Este nosso pronunciamento, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, é um resumo do pensamento do povo brasileiro; é a síntese do sentimento e aprovação popular da Nação.

O Presidente Geisel, não deve relegar o seu prestígio, a sua popularidade até certo ponto mantida, até esta altura de seu governo, a um governo, a um possível desprezo popular que constará inapelavelmente, dos capítulos tristes de nossa História. Deve o Governo e o povo espera, as classes laboriosas acreditam, no ato breve da abertura dos caminhos democráticos, para a grandeza da Nação."

Não é problema Político-Partidário, Sr. Presidente, Srs. Deputados; é o problema econômico e social desta Nação que se avilta a cada instante que passa; a cada dia tabulado no calendário comum deste País.

E o que nos levou a escrever o discurso que acabamos de proferir neste Parlamento, para que conste dos Anais desta Casa, são as queixas e reclamações de todas as classes laboriosas deste Estado; que temos recebido na constância de todos os dias, na vivência deste mandato. A cada dia que passa, esta Nação caminha a cada vez com passos mais largos; caminha cada vez mais depressa para o caos e para o desequilíbrio total.

É o êxodo rural violento que ocorre constantemente.

É o comerciante que encerra suas atividades, fechando suas portas, por não ter mais condições econômicas, de continuar.

São os empresários que pedem concordata e submetem à falência a pedido de seus credores.

É o poder político que se encontra falido e vítima da perversão da nossa imprensa, mancheteando os erros que aqui se cometem e esquecendo, na maioria das vezes, a luta do Parlamentar que aqui vive e aqui enfrenta em favor do povo, em favor do Paraná, em favor do Brasil.

É a subserviência, é a falta de dignidade, a falta de decoro, de respeito que se verifica em todas as áreas, em todos os caminhos. Porque, desceu a condição do homem deste País; porque diminuiu a condição de subsistência das empresas desta Nação, porque morreu, morreu a consciência popular de produtividades do homem sofrido deste Estado e do Brasil. Porque desapareceu o crédito popular do povo que vota e manda para o Parlamento os seus representantes. E estes, ao invés de representá-lo, o desonra.

É o poder afastado!

Que cada poder volte ao seu lugar. Que o organograma da democracia passe a existir, para salvação deste País, para salvação

deste Estado, para salvação desta Nação, para salvação deste povo. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a Liderança do MDB se deseja ocupar o horário reservado ao seu Partido?

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta a Liderança da ARENA se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado regimentalmente?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, ocupará o horário reservado à Liderança da ARENA, o Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, agradeço à Liderança de meu Partido por nos conceder alguns minutos, a fim de que possamos levar ao conhecimento da Casa o resultado de uma incumbência que assumimos, como Presidente de uma Comissão Especial de sindicância junto a autoridades educacionais, para averiguar fatos ocorridos no Instituto de Educação do Paraná.

Por um requerimento formulado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, aprovado por esta Casa, foi constituída uma Comissão composta pelos Srs. Deputados Enéas Faria, Jorge Sato e este Deputado que aqui fala.

Eleito Presidente desta Comissão, tomamos as medidas necessárias e cabíveis para que se pudesse elucidar o que realmente estava acontecendo junto ao Instituto de Educação do Paraná com referência ao desligamento de alunos daquela entidade educacional.

E tendo sido também designado o Deputado Enéas Faria como relator desta Comissão, eu tomo a liberdade de ler aos Srs. Deputados o relatório feito pelo ilustre e eminente Deputado porque acho que neste relatório traduz cabalmente todo o trabalho desenvolvido pela Comissão que constituímos. (Lê):

"OS FATOS

A Comissão foi instituída diante de fatos ocorridos no Instituto de Educação do Paraná, de Curitiba, que davam conta de que um número não determinado de alunos do Estabelecimento fora, sumária e inexplicavelmente, afastados do mencionado Colégio, sob a quase nada elucidativa argumentação de "desajustes pedagógicos".

Agora o reclamo de alunos e pais, a imprensa deu destaque à informação. No transcorrer dos dias que se seguiram, persistiu a ausência de esclarecimentos, o que, somado a outros fatores envolvendo a vida estudantil, em outros locais do território nacional, acabaram por gerar o início de um clima de intranquilidade que, aos poucos, ia tomando corpo e assenhorando-se por toda a comunidade.

DILIGÊNCIAS

Constituída e funcionando, na brevidade do tempo estipulado e necessário, afora as providências formais, adotou, a Comissão, as atitudes iniciais de praxe, inclusive, por seus membros ouvindo o depoimento, se bem que informal, de algumas pessoas envolvidas, ou direta, ou indiretamente interessadas.

Colheu-se, já no início dos trabalhos, a convicção de que, a esse tempo, a questão já se equacionara ou caminhava, com rapidez para uma solução pacificadora, com o atendimento dos interesses das partes, a princípio litigantes, pois, tirante as autoridades educacionais — ainda não ouvidas — foram baldados os convites ou sugestões para se obter depoimentos, mormente, os que pudessem corporificar e dar seqüência aos fatos detonadores da questão.

Passou-se, a partir daí, à ouvida das autoridades diretamente relacionadas com o caso: o Sr. Secretário da Educação e da Cultura, Dr. Borsari Neto, e, a Direção do Instituto de Educação do Paraná, na pessoa de sua titular, Professora Cloris Justen.

Secretário e Diretora do Estabelecimento de Ensino, em audiência conjunta, discorreram sobre os acontecimentos, desde os seus primórdios, passando pela erupção do problema, sua continuidade, até o equacionamento.

Além de longa e minuciosa explanação, amplamente elucidadora, teve a Comissão acesso a informações documentadas, co-

mo também — se faça justiça — nada se omitiu e nada obsteu o trabalho dos Deputados, os quais tiveram a possibilidade e a perspectiva de ver, de ouvir, de manusear documentos, estatísticas, e outros informes elucidadores.

A OCORRÊNCIA

A exemplo do corriqueiro em casas de ensino, onde a atividade escolar se pretende integral, detetou, aquele Estabelecimento, desajustes em um número de cerca de cinquenta e quatro alunos. A verificação deu-se em meio ao primeiro semestre, incidindo, em grande parte, entre alunos de há já algum tempo ali matriculados, portanto, conhecidos os seus currículos, suas atividades, seus aproveitamentos. Foram adotadas as providências pedagógicas exigidas, na tentativa de adequar tais alunos à comunidade escolar que integravam. Ao fim do primeiro semestre, aquele número havia sido reduzido para a metade, com a integração dos demais e o insucesso com os restantes. Novas tentativas foram adotadas, visando a harmonização dos que permaneciam em situação inadequada. Mais alguns poucos foram ajustados. Restou um pequeno grupo, impermeável às tentativas de assimilação, ao qual, o Colégio não dispoñdo de instrumental necessário para a integração efetiva, recomendou a remoção para outros estabelecimentos, capazes, talvez, de produzir a indispensável adequação.

Pelo que se conheceu é de se dizer que, nesse instante então, a Direção do Instituto de Educação e a própria Secretaria de Estado, se colocaram em campo para agilizar as transferências solicitadas pelos pais e para obter vagas em outros educandários.

Doutro fato a afirmar — e documentado pelo Instituto de Educação — é o de que, desde a dectetação do problema, e a partir daí, em todos os episódios, pais e responsáveis pelos alunos, objetos da remoção, foram colocados a par da questão, chamados a colaborar, e informados dos acontecimentos.

CONCLUSÕES

O problema existiu, porém, se encontra solucionado.

Alguns alunos, na primeira fase de trabalhos reintegratórios, se harmonizaram com a comunidade escolar.

Outros, lograram adequar-se, ao longo do tempo.

Alguns, em número menor, obtiveram transferência, todos se encontram matriculados, e, espera-se, todos tenham se entregado às atividades estudantis.

As famílias foram científicadas de todos os fatos e chamadas a participar do esforço de reintegração.

Não se verificou, durante o trabalho da Comissão, interesse, por parte de pais, de contraditarem as evidências colhidas junto aos responsáveis pelo educandário.

Não se localizou, igualmente, vestígios de intolerância, de violência, ou de injustiça.

A faixa etária dos estudantes envolvidos é baixa, suas fichas escolares não indicam outros fatos ou ações, o que autoriza a crer na inexistência de qualquer outro tipo de implicação.

Resguardou-se a identidade dos alunos e suas fichas oficiais não registram nada desabonador ou comprometedor, inclusive, para as suas futuras vidas escolares.

Diante do exposto e do que se colheu, a Comissão Especial, convicta de que o caso, já encerrado, tenha sido conduzido de forma a encontrar a melhor solução, dá por concluída a sua missão, recomendando o arquivamento deste trabalho.

Curitiba, 17 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente.

Dep. ENÉAS FARIA — Relator
membro (assinatura ilegível)"

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Eu aproveito para agradecer o trabalho dispensado pelos Srs. Deputados Enéas Faria e Jorge Sato, e a contribuição que deram para que pudesse se equacionar do melhor modo possível, a incumbência que estava ao nosso encargo, e, damos por encerrado o trabalho desta

Comissão Especial.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência comunica ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, que lhe restam ainda 6 minutos.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para uma breve comunicação. Virá a esta Assembléia na próxima terça-feira, às 10,00 horas da manhã, o Dr. Arthur Andreolli, Presidente da COPEL, para explicitar aos Srs. Deputados a obra "Foz de Areia", e, inclusive, dando as explicações sobre a tomada de empréstimo feita pelo Governador do Estado, para investir naquela magnífica obra, razão pela qual eu me valho deste horário para convidar os Srs. Deputados no sentido de prestigiar a presença do Sr. Andreolli e, ao mesmo tempo se valerem do evento para questionar exaustivamente a obra "Foz de Areia" e demonstrar que o Estado do Paraná não corre nenhum risco em perdê-la para outras concessionárias...

O Sr. Enéas Faria — Deputado Luiz Roberto Soares, permita-me um aparte?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Com todo prazer.

O Sr. Enéas Faria — Quem sabe V. Exa. possa adiantar mais uma informação de muita utilidade na condição dessa matéria. Na condição de Líder, quem sabe, talvez V. Exa. tenha condições de nos informar a par da vinda de S. Senhoria o Sr. Presidente da COPEL, a data prevista para que a matéria relativa à tomada de empréstimo, autorização para tomada de empréstimo, venha a plenário.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu já posso adiantar ao nobre Deputado que havia convidado o Dr. Andreolli para que viesse na segunda-feira. Todavia, em entendimentos com o Líder da sua bancada, transferimos para terça-feira, pela manhã, em razão de segunda-feira ser um dia pouco propício para a presença dos Srs. Deputados nesta Assembléia. E pretendemos, e parece que a Mesa já tomou as devidas providências, razão da urgência para a aprovação desta Mensagem, que a votação dela ocorrerá também na terça-feira na sessão vespertina. Eu poderia, se V. Exa. e a bancada do MDB assim concordasse, antecipar a vinda do Presidente Arthur Andreolli para segunda-feira, porque quinta e sexta, lamentavelmente, informa o Presidente da COPEL que não estará em Curitiba. Então, restaria para nós segunda ou terça-feira, provavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 68/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, de Pato Branco, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Requeiro a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende. Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Acham-se presentes 41 Srs. Deputados. Há portanto, "quorum" para deliberação.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 69/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Pato Branco; com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 10/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 69/74, ex-Proposição número 194/74, aprova convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Guarapuava, objetivando incrementar as atividades agropecuárias naquela região. Pareceres favoráveis da CCJ., e CA., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 205/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 142/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o município de Jacarezinho, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de primeiro grau no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 207/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 158/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o município de Telêmaco Borba, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de primeiro grau no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 210/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 37/77, ex-Proposição número 190/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a interveniência dos órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos ao programa de Treinamento de Executivos em nosso Estado. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CAIC., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, apenas para solicitar à Mesa, por razões expostas na sessão anterior, o registro do meu voto contrário à essa matéria.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 214/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 208/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Ibiporã, visando a implementação do projeto Logos II — habilitação de professores não titulados em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 215/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 217/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Gua-

quecaba, objetivando a implementação do projeto Logos II — habilitação de professores não titulados conforme específica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 234/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 66/77, ex-Proposição número 388/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Lobato, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 235/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 394/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Alvorada do Sul, objetivando execução de obras de reparos na Agência de Rendas daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 236/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 396/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Barracão, objetivando execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professora Leonor Castaliano, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 237/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 399/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Santo Antônio do Sudoeste, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Santo Antônio, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 238/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 408/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Uraí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de Uraí. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 07/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à atividade privada para efeito de aposentadoria. Anexo o Projeto de Lei número 08/77, do mesmo autor, e o Projeto de Lei número 61/76, de autoria do Deputado David Federmann, que versam sobre a mesma matéria. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CRH., com Substitutivo Geral da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 39/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a alienar por doação, ao município de Pato Branco os imóveis que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 66/77, de autoria

do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Bela Vista do Paraíso. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

A Presidência registra voto contrário do eminente Sr. Deputado Enéas Faria, aos Projetos de Resolução números: 214, 215, 234, 235, 236, 237 e 238/77.

Antes de votarmos os requerimentos que se encontram sobre a Mesa, e aproveitando a presença dos Srs. Deputados, a Mesa deseja informar que realizará uma sessão extraordinária na manhã de sexta-feira, às 9,30 horas, para a qual os Srs. Deputados já estarão convocados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Álvaro Sampaio Ribas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o projeto de lei número 82/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando sejam enviadas sugestões aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba, Câmara de Vereadores e Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba, no sentido de que sejam projetadas e construídas em harmonia estética, com o paisagismo e arquitetura da Rua das Flores, modernas cabines que abriguem e protejam os engraxates, bem como, que em convênio com a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados de Curitiba, seja instituído um concurso público para a seleção de projeto a ser implantado, com facilidades de financiamentos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser atendida a comunidade de Porto Amazonas e região, com a pavimentação asfáltica da estrada Lapa-Porto Amazonas, ligando com a BR-277. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buf-

fara, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em apelo, visando melhor orientação à fiscalização volante do DRI. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para registrar, também me congratular com o Deputado Nelson Buffara, e registrar a esta Casa que, durante os festejos da Padroeira de Antonina, mais precisamente, segunda-feira, dia 15, a fiscalização do Estado, com cerca de trinta homens, fez o que se poderia chamar de rebuliço naquela cidade. Indo inclusive, de encontro àqueles que ali trabalhavam em benefício das entidades de Antonina, multando comerciantes, enfim, prejudicando aquela festividade.

Era exatamente isso, que queríamos deixar registrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A., consubstanciado em sugestão, a fim de que seja ampliada a sua faixa de limite para os chamados cheques especiais. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18^a quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3^a discussão — dos Projetos de Lei números 07/77, 39/77 e 66/77;

marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 88/76, 53/77 e 56/77.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 04/77, 05/77, 36/77, 80/77, 97/77, 105/77, 106/77, 107/77, 117/77, 119/77, 120/77, 121/77, 123/77, 134/77, 179/77, 180/77, 194/77, 195/77, 196/77 e 220/77.

Levanta-se a sessão.